



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de dois mil e vinte, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 005/2020, datado de 06 de maio de 2020, realizada no dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte, às dezoito horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e ao Ato da Mesa nº 002/2020 e ao Ato da Mesa nº 027, de 27 de maio de 2020, a Audiência Pública aconteceu se forma semi remota, onde alguns Vereadores estiveram presentes na Casa e outros acessaram a sala de conferência, e a Audiência Pública foi transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal. Presentes na Câmara Municipal os Srs. Vereadores: Cássia Murer Montagner, David Hilário Neto e Luiz Carlos de Campos. Presentes remotamente os Srs Afonso Lopes da Silva e Walter Luís Tozzi de Camargo. Deixaram de comparecer os Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e Tais Camellini Esteves. Presente, também, a Sra. Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças, convidada, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que a mesma fez parte da Mesa, e ainda presentes os Srs. Valdir Antonio Parisi, Secretário Municipal de Governo e a Sra. Daiane F. Ferreira, Diretora de Planejamento da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, seis pessoas, e mais dois Vereadores remotos, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Walter Luís Tozzi de Camargo, que estava participando remotamente, deu início à audiência pública do Primeiro Quadrimestre das Metas Fiscais de dois mil e vinte em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei De Responsabilidade Fiscal, Lei nº 101, de 04 de maio de 2000, realizada em vinte e oito de maio de dois mil e vinte, às dezoito horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal e também de forma remota como podiam acompanhar pelas redes sociais; falou que, tendo em vista o período de emergência em saúde pública devido à Pandemia do Coronavírus e ao Ato da Mesa nº 002/2020, a Audiência Pública seria transmitida pelos meios de comunicação da Câmara Municipal: através das redes sociais, <http://www.facebook.com/camarajaguariuna> <http://www.youtube.com/camarajaguariuna> e a participação da população se daria através do email: imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br. Disse que com isso passava a presidência dos trabalhos à Vereadora Cássia Murer Montagner, Presidente da Comissão



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de Orçamento, Finanças e Contabilidade, a qual dirigiria os trabalhos naquela noite, e deixou sua saudação aos nobres Vereadores, aos que estavam presentes presencialmente ou presentes remotamente, aos servidores da Casa, e a todos que os acompanhavam pelas redes sociais, e passou a palavra para a Sra. Presidente da Comissão. A senhora Presidente cumprimentou a todos dizendo que estavam com aquela experiência nova na Casa, naquela Audiência; por causa do Coronavírus estavam experimentando aquela forma e esperava que tudo corresse bem; disse que ela era a Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade e o Vereador Luiz Carlos de Campos era o Secretário e estava presente na Casa e a Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana era a Vice Presidente e não estava lá presente, naquele momento; destacou a presença da Secretária Elisanita Aparecida de Moraes e que ela teria vinte minutos para explanar sobre as Metas Fiscais; em seguida, a senhora Elisanita Aparecida de Moraes, Secretária Municipal de Administração e Finanças, cumprimentou a todos dizendo que ela iria apresentar as Metas Fiscais do primeiro quadrimestre do exercício de dois mil e vinte e que tinham previsto no Orçamento os valores das Receitas Correntes quatrocentos e noventa e dois milhões, trezentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais; arrecadaram no primeiro quadrimestre cento e cinquenta e dois milhões, quinhentos e oitenta e um mil, oitocentos e seis reais e trinta e quatro centavos, correspondentes a trinta vírgula noventa e oito por cento, distribuídos em IPTU, da previsão de dezenove milhões trezentos e vinte mil, arrecadaram oito milhões trezentos e cinquenta e sete mil duzentos e noventa e nove reais e quarenta e sete centavos, correspondente a quarenta e três vírgula vinte e cinco por cento; ISSQN – previsão de trinta e oito milhões e vinte e sete mil, correspondentes a vinte e sete vírgula noventa e dois por cento; FPM - da previsão de trinta e cinco milhões seiscentos e sessenta e seis mil, arrecadaram dez milhões, novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos, correspondentes a trinta vírgula oitenta por cento; ICMS - da previsão de duzentos e oitenta e oito milhões, oitocentos mil, arrecadaram sessenta e nove milhões quatrocentos e onze mil, setecentos e setenta e três reais e trinta e um centavos, correspondentes a vinte e nove vírgula trinta e um por cento; demais Receitas Correntes, da previsão de cento e sessenta e dois milhões quinhentos e oitenta mil, oitocentos e vinte e cinco reais, arrecadaram cinquenta e três milhões, duzentos e três mil, setecentos e sessenta e um reais e dezoito centavos, correspondentes a trinta e dois vírgula setenta e dois por cento; Contas Redutoras da previsão de cinquenta e seis milhões oitocentos e vinte mil, arrecadaram dezessete milhões novecentos e quarenta e cinco mil, quarenta e oito reais e quarenta e um centavos, correspondentes a trinta e um vírgula cinquenta e oito por cento; Receitas Intra Orçamentárias, da previsão de vinte e um milhões oitocentos e oitenta e dois mil, arrecadaram oito milhões oitocentos e oito mil cento e noventa e sete reais e noventa e três centavos, correspondente a quarenta vírgula vinte e cinco por cento; Receitas de Capital



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

da previsão de vinte e dois milhões trinta mil, cento e setenta e cinco reais, arrecadaram quatro milhões duzentos e cinco mil, cento e cinco reais e oitenta e quatro centavos, correspondentes a dezenove vírgula oito por cento, distribuídas em Transferências de Convênios, da previsão de três milhões seiscentos e cinquenta mil, cento e setenta e cinco, arrecadaram quinhentos e trinta e dois mil, vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos, correspondentes a catorze vírgula cinquenta e sete por cento; Alienação de Bens, da previsão de quinhentos mil, ainda não tinha sido realizado nada; Operações de Crédito da previsão de dezessete milhões oitocentos e oitenta mil, arrecadaram três milhões seiscentos e setenta e três mil, oitenta reais e dezoito centavos, correspondentes a vinte vírgula cinquenta e quatro por cento; o total de previsão do Orçamento daquele Exercício era de quatrocentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, arrecadaram cento e quarenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta mil, sessenta e um reais e setenta centavos, correspondentes a trinta vírgula setenta e nove por cento, lembrando que aqueles valores eram consolidados e a JaguarPrev estava junto; falou visualmente no gráfico a maior arrecadação era o ICMS e no gráfico tinha um comparativo para todos verem que, na questão da pandemia, era o que tinha acontecido na Redução das Receitas, em janeiro arrecadaram, líquido, treze milhões oitocentos e sessenta e dois, novecentos e quarenta e setenta e oito centavos de ICMS; fevereiro, catorze milhões duzentos e catorze mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos; março, dezesseis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e setenta e seis reais e setenta e nove centavos e abril, onze milhões sessenta e sete mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos e no mesmo período no exercício de dois mil e dezenove, arrecadaram mais de quinze milhões e deixaram de arrecadar, somente em abril, mais de quatro milhões e quinhentos mil reais; disse que o índice tinha subido dez por cento, então, era uma perda de cinco milhões, praticamente, somente com o ICMS no mês de abril e no gráfico; as Despesas Correntes da previsão de quatrocentos e dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais, os valores liquidados foram cento e vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta e um mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos e os valores pagos foram cento e quinze milhões, duzentos e vinte e cinco mil, oitenta e três reais e trinta e um centavos; distribuídos em: Pessoal e Encargos do Poder Executivo, cento e oitenta e um milhões, setecentos e setenta e três mil, novecentos e noventa reais; os valores liquidados foram cinquenta e dois milhões, duzentos e oitenta e um mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta e três centavos e pagos, quarenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, cento e dezenove reais e vinte centavos; Pessoal e Encargos do Poder Legislativo, ela disse que na última audiência, ela não se recordava, mas alguém pediu para ela separar aqueles valores, então, separaram lá e que a previsão era quatro milhões quinhentos e sete mil, o liquidado foi um milhão, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e nove reais e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

trinta e cinco centavos e o mesmo valor foi pago; Outras Despesas Correntes, valor previsto foi duzentos e quinze milhões, oitocentos e setenta e oito mil, trezentos e sessenta e cinco reais; valores liquidados setenta e três milhões, setenta e cinco mil, trezentos e sete reais e sessenta e sete centavos; pago: sessenta e quatro milhões, duzentos e setenta e oito mil, cento e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos; Despesas Intraorçamentárias: valor previsto de dezoito milhões, trezentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais, no liquidado, quatro milhões, duzentos e setenta e três mil, trezentos e sessenta e três reais e três centavos e valor pago de dois milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos; Despesas de Capital: uma previsão de trinta milhões duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e cinco reais; liquidado: seis milhões, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e catorze reais e nove centavos e pago, seis milhões, cento e sessenta e nove mil, oitocentos e dois reais e sete centavos; na Reserva de Contingenciamento, tinham os valores de previsão, quarenta e sete milhões, setenta e dois reais, totalizando quatrocentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil dos valores previstos e os valores liquidados somavam cento e trinta e três milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos e o pago cento e vinte e um milhões, trezentos e noventa e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos; comentou que lá também estavam demonstrados, através de um gráfico, e que o maior eram as Despesas Correntes do Município; na planilha dos Restos a Pagar totalizava três milhões cento e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta reais e noventa e três centavos e os valores de dois mil e dezenove em Restos a Pagar eram vinculados em obras de convênios que era do Ministério da Cultura que tinha o Parque dos Lagos e Boulevard, os demais exercícios eram despesas que já estavam na Justiça e ela tinha detalhado se alguém depois quisesse esmiuçar, e de dois mil e dezesseis para trás eles encaminharam todas as despesas para os Secretários conferirem se realmente aconteceram, se elas foram liquidadas, então, à medida em que elas estavam voltando, eles estavam pagando, porque eles assumiam tudo; falou que tinha um gráfico demonstrando a Dívida Consolidada e somava no primeiro quadrimestre vinte e sete milhões duzentos e dezesseis mil, duzentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos, distribuídas: um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e trinta e nove centavos da JaguarPrev; Desenvolve SP, sete milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos; PASEP, trinta mil setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos, era um valor pequeno que estava parcelado; INSS, seiscentos e quarenta e seis mil, seiscentos e dezoito reais e dezessete centavos, também estava parcelado; de Fornecedores, dez milhões setecentos e quarenta e um mil, cento e dezessete reais e treze centavos e de Precatórios seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, trezentos e sessenta e dois e vinte e cinco,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

totalizando vinte e sete milhões, duzentos e dezesseis mil duzentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos; a Receita Corrente Líquida pegava os doze últimos meses de maio de dois mil e dezenove até abril de dois mil e vinte: total das Receitas Correntes quatrocentos e trinta e um milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, quinhentos e oitenta e três reais e vinte e oito centavos; Plano Previdenciário, nove milhões duzentos e setenta e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos; FUNDEB cinquenta e um milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, cento e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos; a Receita Corrente Líquida: trezentos e setenta e um milhões duzentos e trinta e um mil, setecentos e quatro reais e setenta e um centavos; disse que, naquele período, a Despesa com Pessoal foi de cento e cinquenta e oito milhões, seiscentos e quarenta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos, em percentual, quarenta e dois vírgula setenta e três por cento; falou das Receitas de Impostos e Transferências que tinham as aplicações para Educação e Saúde; de Impostos Municipais arrecadaram, no primeiro quadrimestre, vinte e três milhões quinhentos e oitenta e sete mil, quinhentos e sessenta e oito reais e oitenta e um centavos; Transferências da União, dez milhões, novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e trinta e dois reais, cinquenta e cinco centavos; Transferências do Estado, setenta e oito milhões, setecentos e quarenta e quatro mil cento e noventa e um reais e setenta e dois centavos, totalizando cento e treze milhões, trezentos e vinte mil, cento e noventa e três reais e oito centavos; da Aplicação na Saúde o total da Receita de Impostos era de cento e treze milhões, trezentos e vinte mil, cento e noventa e três reais e oito centavos; Empenhos Liquidados com as demais despesas, fora o Hospital, somaram dezesseis milhões seiscentos e sete mil, sessenta e dois reais e vinte e nove centavos; Empenhos Liquidados – ASAMAS, vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e sete mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e cinco centavos; Auxílios e Transferências, quatro milhões oitocentos e sessenta e oito mil, trinta e um reais e quarenta e quatro centavos; Total Aplicado, onde somou trinta e seis milhões, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte centavos; em percentual, trinta e dois vírgula dez por cento; Mínimo Constitucional de dezesseis milhões, novecentos e noventa e oito mil, vinte e oito reais e noventa e seis centavos, com Diferença a Maior de dezenove milhões trezentos e setenta e oito mil, quinhentos e oitenta e sete reais e vinte e quatro centavos a maior; na Aplicação na Educação tinham os mesmos cento e treze milhões que faziam parte da Receita de Impostos; total de Empenhos Liquidados: quinze milhões, novecentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos; Valor Retido do FUNDEB, dezessete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, quarenta e oito reais e quarenta e um centavos; total aplicado de trinta e três milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos, em percentual vinte e nove vírgula nove por cento; o mínimo constitucional eram vinte e oito milhões, trezentos e trinta mil, quarenta e oito reais e vinte e sete centavos e a diferença a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

maior de cinco milhões quinhentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta centavos; a Sra. Secretária Elisanita disse que ela fez um slide para todos entenderem a questão da pandemia e eles estavam ouvindo muito falar sobre a questão da queda de arrecadação, então, não caiu somente o ICMS, porque tinha reflexo em tudo; na arrecadação do FUNDEB, em janeiro receberam quatro milhões seiscentos e dezenove mil, seiscentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos; fevereiro, três novecentos e nove; março, quatro milhões e sessenta e três; abril, dois quinhentos e quatro e no mês corrente deveria fechar por aquele valor também e depois ela tinha o valor detalhado até aquela data; FUNDEB, quinze milhões, noventa e oito mil, trinta e um reais e sete centavos; Rendimentos quatro mil cento e trinta e seis reais e trinta e oito centavos; totalizando quinze milhões cento e dois mil, cento e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos; do total catorze milhões, oitocentos e vinte e dois mil cinquenta e quatro reais e treze centavos, noventa e oito vírgula quinze por cento, e ele foi aplicado, totalmente, com o pessoal do Magistério e, no ano corrente, deixaram o Orçamento voltado para o pessoal do Magistério e no mês de abril como o valor do FUNDEB caiu significativamente, a parte de encargos total do FUNDEB, fosse com a JaguarPrev ou de INSS ou Fundo de Garantia, ele foi todo dos vinte e cinco por cento, porque o recursos do FUNDEB não dava; na questão dos créditos, o saldo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezenove da Dívida Ativa era de oitenta e cinco milhões, setecentos e vinte e cinco mil, sete reais e três centavos; alteração a menor de dois milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e oito centavos; alteração a maior de seis milhões, cento e cinquenta e nove mil, vinte e três reais e vinte e nove centavos e saldo em trinta de maio corrente de oitenta e nove milhões, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e quatro centavos; Bens Móveis, trinta e dois milhões, trinta e sete mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa centavos; adquiriam quatrocentos e seis mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa centavos; totalizando trinta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e três reais e oitenta centavos; de Bens Imóveis cinco milhões quinhentos e cinquenta e três, setenta e sete reais e vinte e seis centavos, totalizando trinta e seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e nove reais e vinte e um centavos, lembrando que na questão dos bens imóveis atualizaram a questão do patrimônio, buscaram todas as escrituras e atualizaram o valor, por isso que deu aquele valor significativo para mais; disse que era o que tinham para apresentar; em seguida, a senhora Presidente, Cássia Murer Montagner, agradeceu a participação do Vladimir, do Jorge e da Creusa naquela audiência, para os ajudar; agradeceu a presença dos Vereadores David e Silva; repetiu o e-mail para quem quisesse mandar as perguntas que era imprensa@camarajaguariuna.sp.gov.br; em seguida, abriu o tempo para os Vereadores fazerem suas perguntas, lembrando que teriam de ser bem rigorosos em relação aquilo, não daria para fazer aquele bate papo tradicional; a seguir, pediu a palavra o senhor David



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Hilário Neto que, cumprimentou a todos, dizendo que sabiam que a Receita caiu mesmo e era no país todo, e que era uma preocupação num momento como aquele, e que viram no primeiro semestre que teve uma queda, em abril, e que no segundo quadrimestre poderia ser maior, e que eles iriam pegar o reflexo, realmente, de toda essa pandemia; disse que a sua pergunta era quais as medidas que estavam sendo tomadas de redução de gastos mesmo; o que estava sendo aplicado para conter o impacto na vida das pessoas e não ter que mexer naqueles índices tão positivos de uma cidade que estava investindo em saúde, investindo acima do exigido por lei, isso era muito bom, e que Jaguariúna sempre teve esse investimento superior, e perguntou o que a Secretária achava sobre a redução dos cargos em comissão, naquele momento; a senhora Presidente disse para o senhor David que ele teria tempo até dezesseis e vinte e seis e que, no final, ele teria cinco minutos de encerramento, mas não seria questão mais; em seguida, a senhora Secretária cumprimentou a todos, novamente, e disse que, realmente, a situação era preocupante da crise que estavam vivendo e iniciaram o ano e desde o ano passado estavam fazendo vários cortes de despesas e, na região, ela achava que Jaguariúna era o mais equilibrado e ela mostrou separado na tabela que o Município fechou com catorze milhões no positivo, significava nove e cinquenta e três por cento e somente a Prefeitura fechou com três milhões e meio e dois vírgula sessenta e três positivo, lembrando que, naquele primeiro momento, as despesas aumentaram muito porque fizeram um aditamento de quatro milhões e oitocentos para o Hospital, tiveram que comprar muitos insumos, tinha uma determinação do Ministério da Saúde, então, os remédios eles teriam de distribuir por três meses, e gastavam quatrocentos mil em remédios, depois tiveram de comprar em poucos dias um milhão e setecentos e só para o Hospital; adiantaram a folha do Hospital e só com tudo aquilo ainda demonstrando positivo; a arrecadação somente com o ICMS caiu, em abril, mais de quatro milhões e meio, eles passaram para o Hospital dois milhões da folha, mais dois milhões do aditamento, então, eram as despesas que eles reembolsaram e mais a questão do aditamento mesmo de um milhão e duzentos que estavam passando por mês, então, somente aquilo, se somassem quase cinco milhões para o Hospital e mais cinco que caiu das arrecadações, juntando as arrecadações, teriam mais de dez milhões positivos, então o maior custo eles acreditavam que já tinha ido, eles trabalhavam com provisão, eles trabalhavam com muito planejamento, as despesas estavam equilibradas, porque eles já vinham fazendo isso, entre outras coisas, disse que o Município continuava positivo, e comentou sobre a questão da Assistência Social, analisando suas planilhas, disse que a Bolsa Aluguel aumentou quinze por cento, o Benefício Eventual cinquenta e dois vírgula oitenta e seis por cento; cinquenta e sete vírgula quinze por cento de Cesta Básica, vinte por cento de Auxílio Gás e eles fizeram vários projetos também, a questão da marmiteira dos alunos, na questão da própria saúde, da unidade de campanha; a questão da queda da arrecadação disse que era preocupante, e comentou sobre o DSD de maio que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

caiu, mas caiu sete por cento, abril caiu quase cinquenta por cento e maio caiu sete por cento, e disse que no dia anterior, o Presidente sancionou a lei de apoio financeiro aos municípios, para Jaguariúna iria vir seis milhões, quatrocentos e cinquenta mil, e ele seria dividido em quatro parcelas mensais, daquele valor oitocentos e quarenta mil reais seriam destinados direto ao Covid, e cinco milhões, seiscentos e dez seriam destinado à queda da arrecadação, e que iriam receber quatro parcelas, e que receberiam um milhão e quatrocentos por mês; disse que a folha de pagamento já tinha ido para o Banco, no dia seguinte eles estariam pagando a folha, o vale refeição também seria pago no dia seguinte, e também iriam adiantar a folha do Hospital, e que, realmente, o Município ainda estava totalmente equilibrado; disse ao Vereador que o que eles vinham fazendo permitia que o Município continuasse equilibrado mesmo com toda essa queda da arrecadação, e que no hoje a dificuldade era que ela não conseguia cobrar, não tinha como ela protestar, não tinha como eles cobrarem, paralisou a questão da Dívida Ativa, e que era óbvio que as pessoas ligavam e os procuravam, eles parcelavam, eles tinham uma lei de parcelamento, mas ela não podia cobrar, ela não tinha como cobrar, a Sra. Presidente disse que a Secretária tinha mais um minuto; e a Secretária continuou dizendo que as pessoas não tinham condições de estar pagando; disse que em relação ao comércio, naqueles dois meses, eles também cobraram a cobrança de IPTU, ISS fixo e o alvará, que vencia no mês de abril e no mês de maio e que ele foram prorrogados para noventa dias, e que também aquela arrecadação deixou de ter e agora eles iriam ver o reflexo disso; disse que na questão da água, o consumo também aumentou; aumentou quarenta e três por cento o consumo de água, que as pessoas estavam em casa, e que ele aumentava as Despesas também, mas as Receitas permaneceram as mesmas, mas se entendia que tinha inadimplência maior porque as pessoas estavam consumindo mais; disse que o Município não estava criando mais nenhuma despesa nova, então, o que ele tinha de despesa, realmente, ele se mantinha, e que eles continuavam equilibrados com a receita, mesmo ela caindo, porque eles tinham uma boa reserva financeira; a Sra. Presidente disse à Secretária que seu tempo estava esgotado; o senhor David disse que ela não havia respondido sobre os comissionados e se ela pudesse falar sobre; a senhora Secretária disse que na questão dos funcionários, como ela era uma determinação do Executivo, eles faziam reuniões periódicas e semanais e o Prefeito acompanhava tudo, ele tinha todos os dados nas mãos e na mente, ele era um ótimo Gestor e cabia a ele decidir aquela situação; disse que estavam em uma situação difícil mas, totalmente equilibrada; a senhora Presidente agradeceu e disse que ela iria insistir porque eles teriam de fazer uma coisa mais rigorosa naquela noite, porque quando era presencial eles conseguiam aquela mobilidade, aquela informalidade e lá eles iriam ter de ser bem rigorosos; falou que o Vereador David já tinha feito a pergunta dele e queria saber se o Vereador Luiz Carlos gostaria de fazer alguma pergunta; e havendo a afirmação do Vereador de que sim; ela



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

disse que ele teria cinco minutos para a pergunta e que iria até dezoito e trinta e quatro; em seguida, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos, que cumprimentou a todos e disse que recebeu, no dia anterior, uma cópia do balancete de abril acumulado e ele tinha feito uma análise dele e, de fato, deu para perceber que teve pelo menos naquele primeiro quadrimestre um superávit que ela tinha falado de três milhões e meio e ele tinha dado uma olhadinha lá de três milhões e oitocentos e que pesasse, também, que havia uma operação de crédito que tinha entrado de três milhões e seiscentos; falou que em vista do ano passado, aquelas contas que ele fazia era uma análise separadamente do que ela havia passado lá e que eles tinham de excluir, de fato, o JaguarPrev porque a Prefeitura não poderia fazer uso daquele recurso porque era o recurso dos servidores municipais, então, ele viu aquela constatação do superávit do primeiro quadrimestre e em dois mil e dezenove teve algo em torno de dois milhões de reais que eles já tinham passado para todos os Vereadores; falou da questão, também, que o David até tinha falado da Dívida Ativa e que ela também já tinha falado algo lá e ele estranhou a respeito daquele aumento da Dívida Ativa em relação ao final do ano ele não sabia se era o reflexo da pandemia, apesar de ter tido aquele incentivo que a Câmara aprovou em dois mil e dezenove para que o pessoal pudesse fazer pagamento dos seus débitos, ele estranhou aqueles valores de oitenta e nove milhões e uma dívida que a Prefeitura teria naquele momento e trinta milhões, se conseguisse receber aquele dinheiro ficaria bem no azul mesmo, mas eles sabiam que era difícil, já estava difícil no ano passado e com a pandemia eles acreditavam que iria ficar mais difícil ainda para que as pessoas conseguissem honrar os seus compromissos; ele achava que o Município precisava procurar conter um pouco as despesas, aquelas que eram supérfluas e que ele sabia que de fato exigia uma participação do Poder Público, mas que, então, não era nem um questionamento, mas uma constatação daquele fato, apesar de ter algumas divergências que ele olhou lá e sabia que aquilo também era normal; agradeceu e desejou boa noite a todos; em seguida, a Sra. Secretária de Administração e Finanças disse que, realmente, os vinte e sete milhões que eles tinham ainda de dívida e se arrecadasse a questão da dívida ativa, ia conseguir equalizar tudo e que tinha alguns números referentes à dívida: em janeiro de dívida ativa arrecadaram seiscentos e vinte e cinco mil, fevereiro, quinhentos e sessenta e cinco mil, março, quatrocentos e sessenta e seis mil e, em abril duzentos e dezenove, realmente, aquilo era um reflexo da pandemia, era o reflexo das pessoas que estavam sem trabalho, era o reflexo da situação financeira, realmente, e disse que era interessante, por exemplo, até o IPVA tinha caído trinta e dois por cento na arrecadação comparado com dois mil e dezenove, então, era toda a arrecadação; disse ainda que, o ICMS no primeiro trimestre, de quarenta milhões em dois mil e dezenove, havia subido para quarenta e quatro, então eles aumentaram dez vírgula nove por cento, em abril de quinze seiscentos e trinta e seis, de dois mil e dezenove para onze e sessenta e sete, em dois mil e vinte, caiu vinte e nove



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

vírgula vinte e dois por cento, em maio caiu sete vírgula catorze, caiu oitocentos e trinta e três mil, então, se continuasse naquela toada, iriam ter, o ICM do Município iria chegar perto de nove por cento a menor, no final do ano; disse que isso queria dizer que o IPVA caiu porque eles suspenderam a cobrança caindo vinte por cento, o ISS por volta de trinta por cento, então, realmente, tinha um reflexo; deu um outro exemplo, na questão da arrecadação, dizendo que o grupo que mais tinha sofrido foi o grupo da hospedagem, noventa e sete por cento, uma arrecadação menor, pós pandemia; em segundo lugar, o grupo de engenharia e arquitetura que foi uma parte de serviços, sessenta por cento, depois vinha a parte de saúde e medicina à parte, realmente, de serviços de laboratório, fisioterapia e outros serviços que caíram vinte e dois por cento; naquele momento, o Vereador Luiz Carlos perguntou se aquilo era na questão de ISS e a Secretária disse que sim, de ISS; então, ela disse que era uma situação bem difícil, inclusive eles fizeram a lei da produtividade dos fiscais e, naquele momento, ela teve que suspender porquê não tinha como continuar com uma lei de produtividade se não teria uma produtividade e que, realmente, estava tudo muito obscuro, não sabiam com quem estavam lutando, um vírus invisível, e não sabiam o que iria acontecer e que viam outros municípios, Prefeitos chorando, Secretário de Finanças chorando porque, realmente, a condição financeira estava difícil; disse que o Município trabalhou bastante com planejamento, com gestão, por isso que Jaguariúna ainda estava positiva em meio à pandemia e as pessoas até falavam: "Nossa! Jaguariúna tá positiva." A Secretária disse que, graças a Deus, Jaguariúna ainda estava positiva mas, ela tinha notado, realmente, disse ao Vereador, como cobrar a questão da Dívida Ativa, porque não tinha como fazer um trabalho naquele sentido, porque as pessoas não tinham dinheiro para pagar; a Sra. Presidente da Comissão de Finanças agradeceu a Secretária e disse ao Vereador Silva que tinha as considerações finais e se poderia ser, e em seguida disse que Vereador gostaria de fazer uma pergunta; em seguida, pediu a palavra o senhor Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, às pessoas que estavam acompanhando naquele momento, e disse que eles estavam aprendendo com a pandemia, principalmente a questão tecnológica, então, aquela era uma audiência que estavam fazendo de forma remota devido às condições que estavam sendo colocadas em relação à questão da pandemia; mas a preocupação dele, a pergunta dele, na verdade, era uma preocupação; na verdade, as consequências da pandemia começaram, falando assim, a partir de março, confirmou com a Secretária, e em relação à questão da arrecadação do Município, principalmente, a questão de ICMS e que a Secretária apresentou um quadro, que achava que a partir de abril começaram a perder Receita em relação à arrecadação do ICMS e a preocupação dele era em relação ao próximo quadrimestre; ele achava que o impacto pela situação que estava colocada, não só para Jaguariúna mas, o próximo quadrimestre inspirava muitos cuidados em relação à questão da arrecadação, principalmente, porque sabiam que as despesas não paravam, as



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

despesas não eram fixas e era muito difícil trabalhar com retenção das Despesas e que a arrecadação, com certeza, iria ter consequências para o Município, então, ele não sabia se tinha alguma discussão em relação àquilo, se tinha algum plano para estarem enfrentando; disse que eles não sabiam o que viria do Governo Federal mas, eles tinham de fazer um planejamento em relação àquilo, mas que a preocupação dele era para ela falar um pouco em relação ao futuro, em relação aos próximos quatro meses que, com certeza, iriam ser difíceis, justamente, porque pegaram aquela pandemia, no quadrimestre e que estavam expirando, eles estavam começando a ir para a UTI, então, tinham de tomar aquele cuidado; em seguida, a senhora Secretária Elisanita Aparecida de Moraes disse que, realmente, era preocupante o próximo quadrimestre e o Governo pensando naquilo, na própria lei do apoio financeiro, ele suspendia, no artigo novo, no parágrafo segundo, ele suspendia todos os recolhimentos das contribuições previdenciárias patronais do Município, até no final do ano ele suspendeu a questão do pagamento do PASEP, pela questão da previdência do INSS, até a obrigatoriedade do Fundo de Garantia, eles não deixaram de pagar ainda o Fundo de Garantia, então, o Governo Federal, pensando naquilo também, estava ajudando os Municípios, na arrecadação do FPM o Governo estava equilibrando, então, se ele caía um mês, até o décimo dia útil do mês seguinte ele estaria repassando; falou que estavam trabalhando na arrecadação com valores de dois mil e dezenove, era o que ela falou anteriormente, ela acreditava que a maior parte dos investimentos da Saúde que era para eles estarem preparados para a questão do COVID 19, eles já fizeram, então, já fizeram aditamento com o Hospital, já compraram os insumos para quatro meses, que era o que determinava o Ministério e ela acreditava que iam na questão da manutenção; disse que era preocupante, sim, que acabaram de dar reajuste para o funcionalismo público, reajustaram quatro e meio do salário, reajustaram sete por cento, praticamente, o vale refeição; e era o que ela falou, eles não tinham a questão de despesa, porque ela estava controlada e a arrecadação ela não tinha como estar buscando, e que, realmente, eles tinham de analisar cada gasto minuciosamente e por isso que não se criou novas despesas, só aquelas vinculadas à pandemia, porque eles não sabiam, na realidade, o que iria acontecer; disse que no dia anterior o Estado de São Paulo estava retomando a questão dos serviços, então, eles acreditavam que naquele quadrimestre seguinte iriam ter um aperto mas, que até o final do ano conseguissem recuperar um pouco; disse que estavam, também, muito preocupados, mas ela acreditava que o Município ainda iria continuar equilibrado, sim, por todo o trabalho que realizaram anteriormente; agradeceu aos Vereadores, ao Presidente da Câmara, já fizeram economia, encaminharam duzentos e cinquenta mil reais para a Prefeitura, devolveram o duodécimo e ela já encaminhou imediatamente, o dinheiro bateu na conta ela encaminhou para o Hospital; ela não sabia se o Waltinho sabia que ela tinha encaminhado um ofício agradecendo e comprovando, realmente, que aquele recurso que a Câmara mandou, ele



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

foi para o Hospital para ajudar na questão dos custos e se a Câmara pudesse economizar e encaminhando eles ficavam felizes e mesmo porque eles tinham de fazer um trabalho em conjunto, o Executivo e o Legislativo tinham de caminhar em conjunto para conseguirem continuar equilibrado o Município, ajudando a população mas, eles estavam realmente preocupados; em seguida, a senhora Presidente agradeceu a Secretária e disse que o Vladimir, Assessor de Imprensa, tinha questionamentos de pessoas que estavam assistindo aquela audiência e passou a palavra para ele; o Sr. Vladimir Catarino, Assessor de Imprensa da Câmara Municipal, falou que ia tirar a máscara só para poder falar e depois a colocaria novamente; deu boa noite à Cássia, à Secretária, Vereadores e ao público presente, e que era uma novidade para todos, aquela transmissão pela internet, que algumas pessoas estavam entrando em contato através do e-mail divulgado, que era o e-mail: imprensa@camarajaguairuna.sp.gov.br, citando problemas com relação ao áudio e com relação, também, à transmissão e que pediam desculpas, que estavam cientes das dificuldades, como disse, era um aprendizado para todos, e que estavam aperfeiçoando para que pudessem melhorar; citou o exemplo da Marisa que mandou um e-mail falando sobre o som e disse à Marisa que estavam tentando melhorar, continuou lendo o e-mail da Marisa onde ela dizia que Audiência Pública era uma reunião pública e transparente, de ampla discussão, por isso a população precisava entender o que estava sendo apresentado; o Sr. Vladimir Catarino disse que, então, estavam tentando melhorar aquela questão da transmissão, para as pessoas entenderem melhor, e agradeceu a participação da Marisa; disse que tinham também a participação do Maurício que estava dizendo, também, com relação ao problema do áudio, e que estavam trabalhando para melhorar aquela questão e que contavam com o apoio de todos, com a audiência de todos, para acompanharem a audiência e disse à Cássia que, assim que quisesse, tinham algumas perguntas feitas pelos internautas, pelas pessoas que estavam assistindo à audiência Pública, para ser encaminhada à Secretária que estava presente naquele dia; a Sra. Presidente Cássia agradeceu ao Vladimir, e agradeceu pelo apoio das pessoas lá, senão não iriam conseguir mas, ia aperfeiçoando, e que gostaria de abrir para pergunta do Senhor Presidente da Câmara, Walter Luis Tozzi de Camargo que iniciou dando boa noite a todos que os acompanhavam, que era um prazer receber a Secretária naquela Casa, para tratarem de um assunto de alta relevância e importância para todos eles, e que os números que ela trouxe eram bastante favoráveis, mostravam uma gestão bastante favorável e equilibrada mesmo diante de todo transtorno que aquela pandemia havia trazido para a cidade deles e estava trazendo para o mundo todo; disse que gostaria ali de fazer menção à colocação dela, Secretária, com relação ao que foi dito da devolução do duodécimo, que era um fruto de um trabalho de toda a Câmara Municipal, sem exceções, todos os Vereadores colaboraram, toda equipe colaborou para que pudessem, naquele momento de crise que enfrentavam, devolverem ali, duzentos e cinquenta mil reais do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

duodécimo que era repassado para a Câmara e aquele recurso ser aplicado prontamente na área de Saúde, especificamente no Hospital Municipal conforme o compromisso firmado com o Prefeito e com ela, e que gostaria de deixar ali uma sugestão a ela, Secretária, no que dizia respeito ao futuro deles na parte econômica, que viram no dia anterior o anúncio do Senhor Governador de São Paulo, com relação à flexibilização da parte econômica e retomada do trabalho e do emprego, enfim, buscadas alternativas para que aquilo acontecesse, principalmente, a partir do dia primeiro de junho, ficou uma carga para os municípios que deviam se preparar para aquele momento, onde o Prefeito teria uma autonomia maior para poder agir e ali deixava uma sugestão para ela levar ao Senhor Prefeito, que eles criassem uma Comissão dentro da Comissão do Coronavírus, uma subcomissão junto com a Câmara Municipal, para tratarem daqueles assuntos; nada mais que o Vereador era porta-voz do povo para levar as reivindicações da sociedade junto à Administração; sabiam que os desafios eram muitos e as dificuldades cada vez maiores, que o comércio vinha sofrendo muito com aquilo, sabiam também que as empresas, o emprego corriam risco na cidade deles, corria risco em todo o país deles, então, achava importante terem aquilo bem claro e, naquele momento de criarem um Plano Municipal de Flexibilização, baseado nos moldes do Governo de São Paulo, pudessem ter a oportunidade de construírem aquilo juntos, para terem uma Jaguariúna cada vez mais forte; ela vinha se mostrando forte na área de Saúde no enfrentamento com ações bastante fortes e que, naquele momento, precisavam fazer a mesma coisa na economia e para retomada de crescimento e do emprego e da renda do município de Jaguariúna; deixava ali, então, seus agradecimentos a ela, à Presidente da Comissão, aos Vereadores que os acompanhavam, e a todos que estavam ali pelo canal da Câmara Municipal dando atenção necessária para Audiência Pública conforme estavam naquela noite; disse muito obrigado a todos e uma boa noite; a senhora Cássia, Presidente da Comissão, agradeceu ao Vereador e passou, então, a palavra à Secretária, avisando que ela tinha, então, cinco minutos; a Senhora Elisanita Moraes, Secretária de Administração e Finanças, deu boa noite ao Sr. Presidente e disse que ia levar, sim, a reivindicação dele, e que a equipe da Saúde estava estudando o plano de retomada juntamente com a equipe dela também, na parte da fiscalização, estavam estudando um plano para retomada, estavam precisando que retornassem os serviços, claro, com toda cautela, com toda proteção necessária para eles não aumentarem, não espalharem o vírus mas acreditava que, em Jaguariúna, o pessoal colaborou bastante na questão do isolamento, eles tinham até uma faixa pelo que o Estado fez o estudo de cada município, então, eles estavam bem, o município estava bem, e ela acreditava que iam conseguir retomar o serviço gradativo e achava, realmente, complicado nos municípios maiores, ela ia levar a reivindicação do nobre Vereador para o Prefeito para sentarem juntos e discutirem o melhor, como o Vereador mesmo disse, o Vereador que era o representante e achava que fazia todo sentido criarem uma



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

subcomissão para estarem discutindo juntamente com Vereadores a retomada gradativa dos serviços; a Senhora Presidente da Comissão de Finanças disse que achava, então, que a Secretária e todos os Vereadores já haviam se pronunciado, e diante de manifestação no Plenário, a Senhora Presidente disse que tinham uma participação final e perguntou ao Vereador se podia ser na participação e que estava ok, e ia pedir a ele que participasse através do computador do Vladi, no finalzinho e informou que tinham perguntas das pessoa que estavam assistindo em casa, e sugeriu fazer uma de cada vez, e passou a palavra ao Sr. Vladimir Catarino que falou que estava retirando a mascar mais uma vez só para o pessoal de casa poder entender melhor e que tinham duas perguntas, disse à Secretária, e que eram duas perguntas sobre IPTU, e a pergunta feita pela Luciana, do Nova Jaguariúna, ela perguntava se existia previsão de aumento de IPTU no próximo ano, além da correção para repor as perdas com a pandemia; a Sra. Secretária disse que não havia previsão, não; o senhor Vladimir disse que aproveitando a segunda pergunta, a senhora Cássia disse que poderia ser feita a segunda pergunta; o Senhor Vladimir disse que o Marcelo, do Centro, disse que: visto que a pandemia não era esperada, o quanto o município estava preparado na questão financeira para enfrentar a crise? A Senhora Elisanita Moraes disse que aquela era uma boa pergunta e que ela meio que respondeu, eles trabalharam com muito planejamento, com muita gestão, então, o município esteve, ele ainda estava muito equilibrado, mesmo diante da pandemia, eles faziam um trabalho austero, realmente, nos gastos públicos, o dinheiro público era muito bem investido, eles tinham uma reserva grande, a questão do IPTU à vista, que receberam, naquele ano, um pouco mais, por causa dos dez por cento de desconto, então, aquele recurso estava totalmente no caixa, porque, normalmente, se tinha uma arrecadação maior no começo do exercício e depois, no segundo e terceiro quadrimestre caía a arrecadação, por conta do IPTU e IPVA que recebiam nos primeiros três meses, então, o município tinha aquela reserva e estava ainda, totalmente, equilibrado; o Senhor Vladimir Catarino, Assessor de Imprensa, disse que a Marisa voltou a enviar um e-mail, agradeceu a Marisa leda Ariolli, que fez a pergunta, e disse à Secretária que ela já tinha respondido em uma outra pergunta, a questão dos comissionados e leu exatamente a forma como a Marisa perguntava: "Cargos comissionados não proporcionavam uma despesa que podia ser eliminada?" A senhora Elisanita Moraes respondeu que achava que aquela pergunta era uma questão do Chefe do Poder Executivo, mas que, por exemplo, naquele mês, eles Secretários, doaram vinte por cento dos seus salários, na questão da pandemia, então, os salários deles já reduzira apesar de receberem um subsídio e ser colocado como agente político, eles eram comissionados, então, os seus salários, de todos os Secretários e do Prefeito, já tinham sido reduzidos em vinte por cento; o Sr. Assessor de Imprensa disse à Sra. Presidente que era isso; a senhora Cássia agradeceu o Senhor Vladimir, e disse que o Vereador Bozó que estava ali presente, queria fazer mais uma consideração e que achava



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que poderia ser no computador do Vladimir e que em seguida, encerrariam; o Senhor Luiz Carlos de Campos, Bozô, mais uma vez deu boa noite a todos, e que era mais uma, como ele havia dito, o que a Prefeitura tinha a pagar, Dívida Consolidada e Restos a Pagar, trinta milhões e meio, e o que ela tinha a ver, o que tinha para receber, Dívida Ativa trinta e nove milhões, achava que não era o momento, de fato, da Prefeitura estar buscando aqueles recursos, tinha que esperar o momento certo, e que a situação estava difícil, muita gente sem emprego e que, sem dúvida, acabava refletindo na parte pública que a receita acabava diminuindo bastante também, era só para, em relação à Dívida Ativa que ele falou que a Prefeitura tinha mais a receber do que a pagar e não era o momento de estar cobrando, de fato. Disse que a pergunta que queria fazer era se as despesas com pessoal, naquele primeiro quadrimestre, janeiro, fevereiro, março e abril, foram todas empenhadas e liquidadas dentro do período; a senhora Secretária Elisanita disse exato. O senhor Luiz Carlos de Campos continuou dizendo que sabiam que eram uma obrigação aquilo mas, e que sabiam também, em alguns lugares, as pessoas podiam usar daquele expediente, e deixar a despesa de abril, no caso, para lançar lá no fim de maio, empenhando no comecinho de maio e pagar até o quinto dia útil, e aqueles valores não entrariam nos dados do primeiro quadrimestre, e que era só essa confirmação, que as despesas foram empenhadas e liquidadas dentro do período; a Sra. Presidente agradeceu ao Vereador e então passava para a Secretária responder à questão e que se já quisesse fazer as considerações finais, partiriam então para o encerramento da Sessão. A Senhora Secretária de Administração e Finanças, Elisanita Aparecida de Moraes, disse ao Vereador que aquela era uma pergunta importante, que eles empenharam e liquidaram e pagaram todas as despesas de pessoal, dentro do quadrimestre, mesmo porque, naquele momento eles pagavam a folha até o último dia útil do mês, não pagavam mais até o quinto dia útil, por determinação do senhor Prefeito, e contabilmente era feito de maneira correta, empenhado, liquidado e foi pago; diante de manifestação no Plenário ela disse que sim, sim, existiam lugares mas, que ela era bem rigorosa, bem rígida na questão, contabilmente falando, que trabalhava havia trinta anos, que sabia o que era responder ao Tribunal de Contas, então que faziam tudo conforme, determinava a legislação; a Sra. Presidente da Comissão disse que, então passava para a Secretária fazer as considerações finais, e que depois reabririam para se alguém quisesse fazer outras considerações finais; diante de manifestação no Plenário, a Senhora Cássia disse que fariam as considerações finais depois da Secretária e se estava bom, perguntou; assim sendo, a Senhora Elisanita, Secretária Municipal de Administração e Finanças disse que, naquele momento da questão do Covid-19, da questão da Pandemia, do município equilibrado, achava que aquilo não se resumia somente à equipe financeira da Prefeitura, achava que se resumia a todas as equipes, que mesmo eles investindo mais em saúde, a questão dos custos, falava-se muito da questão de comprar sem licitação, na questão dos insumos, era importante dizer que o



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Departamento de Compras do Financeiro, juntamente com o Departamento de Compras da Saúde, paralisaram tudo, para ficarem atrás do menor preço e conseguiram bons preços, porque o município estava equilibrado, porque tinham recursos em caixa, os insumos eram vendidos somente à vista e aquilo lhes permitiu terem uma situação favorável diante dos demais municípios; agradeceu, também, a questão dos Secretários que não eram envolvidos como, Secretaria de Cultura, Secretaria de Esportes, Secretaria de Assistência Social, tiveram “lives” solidárias, tiveram ação solidária, arrecadaram muitos alimentos, a questão da população que contribuiu, realmente, quem tinha mais doou para quem não tinha, então, ela achava que estava sendo um trabalho gratificante, que se via, realmente, o envolvimento de toda equipe, sem tirar nenhuma Secretaria; naquele momento eram coisas que conseguiam realizar, porque o Município estava totalmente equilibrado, e que emocionava, como foi o primeiro dia da marmita que serviram para os alunos, com a Secretária falou para ela que tinham muitas famílias fazendo o “Nome do Pai” e olhando para cima e agradecendo, que sabiam a dificuldade, sabiam como era difícil a questão do alimento, a questão do filho pedir alguma coisa para você e não ter para dar, então, achava que estavam numa posição privilegiada, e que era um trabalho em conjunto de todo secretariado, que o pessoal se desdobrou em todos os sentidos, inclusive, até doando os vinte por cento dos salários realmente, então, queria finalizar que era muito gratificante fazer parte de uma equipe tão unida, e tão com o mesmo propósito que tinham em Jaguariúna, que trabalhava há trinta anos na área e que a equipe ali, era nota dez; a Senhora Presidente agradeceu à Secretária e que iria abrir ali, naquele momento, e só para saberem, perguntou qual Vereador gostaria de fazer uma consideração final, só pra fazerem uma dividida, perguntou se o Vereador Bozó gostaria de falar, Vereador Silva, se o Waltinho, e disse que era só o Silva, então, que ele estava desesperado que não passasse a palavra para ele, e riu.; fez uso da palavra o senhor Afonso Lopes da Silva e perguntou se era ele mesmo, tendo a confirmação da Sra. Presidente, e disse que a pergunta que ele iria fazer não seria uma pergunta, era uma questão que estava colocada naquela outra questão que era o repasse que o Governo Federal iria fazer para as prefeituras e que talvez ele estivesse já ligado na questão do futuro mas, que tinham que ter responsabilidade, pensar realmente para frente, por exemplo, tinha a questão, todo ano do reajuste dos servidores, e todo ano tinha aquela jornada para o servidor ter o reajuste, a negociação, e para o ano que viria não sabia se tinha passado despercebido mas, ele não tinha visto nenhuma entidade ligada à questão do servidor falar aquilo, que era a questão de não ter reajuste para o ano que viria, então, uma das condicionantes para o repasse aos municípios era não reajustar o salário dos servidores; disse que, na verdade, era mais um recado para o Sindicato dos Servidores, que tinha aquela questão que não sabiam se tinham assistido aquela fatídica reunião ministerial que estava colocada lá para a sociedade mas, o Guedes colocou de uma maneira, até indelicada, a questão do servidor



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não ter reajuste para o ano que viria, e disse “ah, fiquem tranquilos que a gente já colocou a granada no bolso deles”, que foi assim que o Guedes se referiu, naquela questão de não ter o reajuste para o ano que viria; disse que o pessoal tinha que estar ligado em relação aquilo, não era para ter reajuste nem naquele ano e nem no que viria, porque condicionaram aquela questão do repasse para o município. A Senhora Presidente disse que ok, para o Vereador e que o formato deles ali já não permitia resposta mas, que a Secretária gostaria de fazer algumas considerações sobre aquela colocação que ele tinha feito. A Senhora Elisanita de Moraes respondeu ao Vereador que, realmente, a Lei de apoio aos municípios, que era a Lei Complementar mil quinhentos e setenta e três, de vinte e sete de maio, tinha sido naquela semana, no artigo oitavo, ela proibia até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, qualquer tipo de reajuste para o funcionalismo público, falava: “inciso Um” e leu: “conceder...proibido...vetados pela calamidade...na hipótese de que tratava o artigo sessenta e cinco da Lei Complementar cento e um, a União, Estados, Distrito Federal e Municípios afetados pela calamidade pública decorrentes da pandemia Covid-19, ficam proibidos até trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um, de conceder a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros do poder, criar cargo, emprego ou função, alterar estrutura de carreira que implique em aumento de despesa, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvadas as reposições de cargos de chefias, direção e assessoramento que não acarrete aumento de despesa”, e disse que, inclusive, falava até na questão da proibição de realizar concurso público, exceto para as reposições de vacância, então, ela queria dizer porque era importante, para não ficar dúvida, que o Governo tinha falado que ia apoiar os municípios, que ia ajudar mas, que eles equilibrassem suas despesas, e não dessem nenhum tipo reajustes, e já estava determinado na Lei, não era nem questão de ou o prefeito, ou governador, ou que fosse até o próprio Presidente se quisesse dar um reajuste ele estaria impedido por força daquela lei, e por força do apoio financeiro que os municípios iriam receber, e que era importante a pergunta do Vereador; diante de manifestação no Plenário sobre os adicionais por tempo de serviço se entravam naquela lei, a Sra. Secretária e disse que adicional era direito adquirido. A seguir, a Senhora Presidente disse que o Vereador Walter estava com a palavra e que depois iriam encerrar. O Senhor Walter Luís Tozzi de Camargo disse que agradecia, mais uma vez, pela oportunidade à Presidente da Comissão, e que gostaria de fazer, mais uma vez, um questionamento mas, se nas considerações finais a Secretária pudesse abordar o que ele ia falar, e disse que estavam vendo que o Governo Federal estava apoiando estados e municípios, que estava apresentando propostas dentre elas, aquela lei, que tinha sido citada naquele momento, com apoio a estados e municípios, e perfazia um valor total de seis milhões e quatrocentos mil reais para a cidade de Jaguariúna, que sabiam também do esforço com o próprio erário que o município vinha despendendo no combate ao



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

coronavírus, em todas as suas frentes, entretanto, ele não tinha visto a questão do Estado, o que o Estado, necessariamente, tinha lhes apresentado para o município para aquele enfrentamento; sabiam, muitas vezes, que a questão do estado deveria ser mais próximas dos municípios, mas nem sempre era, e que haviam tido, recentemente, a oportunidade de um debate com o Deputado Vinholi, e colocaram para ele, a importância do município ter aquela liberdade e autonomia, para poder agir durante a crise do coronavírus e, então queria saber da Secretária, em suas considerações finais qual era a participação do Governo de São Paulo naquele sentido e antes de encerrar sua fala ele queria pedir vênia à Presidente da Comissão, para que os nobres Vereadores que os acompanhavam ali, Vereador David, Vereador Silva, Vereador Luiz Carlos e Vereadora Cássia, caso a resposta da Secretária não fosse as que eles gostariam de ouvir, da participação do Estado, que eles preparassem lá pela Câmara Municipal juntos com o demais, uma moção para o Governador, alertando para aquele problema dos municípios e falando para ele que o estado devia ter uma participação mais efetiva, naquele combate municipal ao coronavírus, e disse que queria ouvir rapidamente a fala dos Vereadores que se manifestassem se eram ou não favoráveis a sua proposta ali na audiência pública, disse obrigado mais uma vez, e desejou boa noite. A Sra. Secretária agradeceu ao Vereador e que estavam ali com o Vereador Luiz Carlos e perguntou se ele gostaria de falar sobre aquilo, naquele momento, ou se gostaria de conversar sobre aquela questão depois, se poderia ser, e então disse que iria abrir para as considerações finalíssimas, e iam encerrar, passou a palavra para à Sra. Secretária de Administração e Finanças, Elisanita Aparecida de Moraes que disse que, realmente, o Governo Federal vinha se mostrando mais favorável aos municípios, ele vinha ajudando mais, com recurso específicos do COVID, com emendas parlamentares, liberou bastante emendas para os municípios, que podiam ser vinculadas ou não ao Covid mas, na questão da saúde acabava por ajudar muito, e que até aquele momento, a parte estadual, ressaltou que estava falando de recurso financeiro, que o Governo Estadual havia liberado um milhão, seiscentos e setenta mil reais de emendas que podiam ser diretas, podia ser utilizada para o Covid ou não, para o Covid, não tinha vindo nenhum recurso direto para o Covid mas ela achava que na questão de respirador, de insumo, que no dia seguinte iria ter a audiência pública da Saúde e ela achava importante fazer aquele questionamento também para a Secretária da Saúde, porque ela também estava falando na questão financeira mas, eles encaminharam bastante insumo ou respirador ou ajudaram de uma outra maneira que não acabava impactando que não financeiramente direto mas, ele acabava impactando também em ajuda para o Município, então, até aquele momento chegou um milhão seiscentos e setenta de emendas parlamentares direcionadas para a Saúde, que poderia ser para a Saúde ou para outra ação relacionada à Saúde, mas ela achava que a Secretária de Saúde conseguiria falar melhor sobre elas; agradeceu o primeiro momento, por se a primeira audiência remota que fizeram; disse que a Secretária

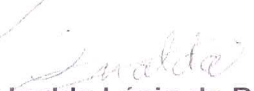


Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

de Finanças estava sempre aberta aos Vereadores, aos questionamentos porque, às vezes, acabava que, na audiência não tinha e depois surgiam alguns questionamentos, então, eles estavam sempre abertos; aquela foi uma experiência nova, mas ela achava que acabou dando certo e que foi tudo bem; desejou uma boa noite a todos e comentou que ela achava que eles tinham de permanecer bem unidos, o Executivo e o Legislativo para eles conseguirem passar aquela fase que era difícil mas, eles iriam conseguir passar, sim, e com a reabertura gradual dos serviços, ela pensava que iria melhorar a questão econômica do Município; em seguida, a senhora Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, agradeceu a presença e disponibilidade da Secretária; agradeceu ao fato dela se colocar à disposição deles para quando precisassem e disse que ela concordava, plenamente, que era um momento de muita união para conseguirem passar por aquela fase difícil e que ainda não chegaram no fim, tinham muita luta pela frente; deu por encerrada aquela conversa que foi muito esclarecedora, teve aqueles defeitos, aquela questão do som; pediu desculpas a todos e iriam tentar, cada vez, para que melhorassem aquele sistema todo; agradeceu a todos. Declarou encerrada aquela Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereadora Cássia Murer Montagner
Presidente


Vereadora Inalda Lúcio de Barros Santana
Vice-Presidente


Vereador Luiz Carlos de Campos
Secretário